

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2012 A 2016

Henrique Yoshinori Fujii
Silvia Franco de Oliveira

RESUMO

Neste trabalho analisa-se a mudança no perfil das famílias endividadas no período de 2012 a 2016, levando em consideração a evolução do mercado de crédito no Brasil. Para esta análise adotou-se uma pesquisa descritiva com a utilização de dados secundários obtidos nos sites do BCB, PEIC e BoaVista SCPC. Pela análise dos dados pode-se concluir que a política creditícia expansionista propiciou cenário favorável à mudança do perfil das famílias nos seguintes aspectos: a) aumentou o percentual de famílias endividadas; b) aumentou o percentual de famílias com contas em atraso; c) aumentou o percentual de famílias com dívidas por mais de um ano; d) aumentou o comprometimento da renda das famílias endividadas; e) aumentou o percentual de famílias que não têm condições de pagar as contas em atraso. O desemprego e o descontrole financeiro são os principais motivos da inadimplência.

Palavras-chave: Crédito, Endividamento das famílias, Inadimplência das famílias, Educação financeira

1 INTRODUÇÃO

Segundo Cysne e Costa (1997), com o controle inflacionário vindo do plano real, as operações de crédito se tornaram cada vez mais comuns no cotidiano dos consumidores em virtude da redução da taxa de juros e a realocação de recursos do setor bancário, que deixou de aferir lucros com a transferência inflacionária. Além disso, com a estabilização monetária houve melhora do horizonte de cálculo econômico.

O crédito possibilita às empresas o aumento do nível de atividade e facilita na execução de projetos. Além disso, o crédito “é um dos principais meios de que as pessoas dispõem para adquirirem e usufruírem de uma grande gama de bens e serviços que a sociedade moderna oferece”. (SILVA, 2014, p.358).

Para Barcat *et al* (2006, p. 6), “o crédito viabiliza a geração de riqueza e alavanca a economia”, além de promover a inclusão social de populações de baixa renda, porém se utilizada de forma incorreta, com o consumo exagerado e o constante estímulo ao consumo, têm levado muitas pessoas a um endividamento improdutivo e involuntário. Bortoluzzi e Hollveg (2015) acrescentam que a falta de uma boa educação financeira também pode conduzir as famílias ao endividamento e até a inadimplência.

Levando em consideração a importância do endividamento para a economia, este trabalho tem como problema de pesquisa responder à questão: o perfil da família endividada mudou, no período de 2012 a 2016, levando em consideração a evolução do mercado de crédito no Brasil? Para responder à esta questão, tem-se como objetivos específicos: a) analisar a trajetória de crescimento do crédito no Brasil no período de 2012 a 2016; b) descrever o perfil característico das famílias endividadas; c) analisar o nível de endividamento das famílias; d) analisar o nível

de inadimplência das famílias. Com isto, avaliar se as políticas creditícias adotadas no período acarretaram em modificações no perfil das famílias endividadadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição de crédito e alguns elementos inerentes ao crédito

O crédito é um termo que traduz confiança em algo ou alguém. Sob o aspecto financeiro, é um meio para dispor recursos financeiros aos agentes econômicos para despesas, investimento, financiamento de compras, entre outros. (GITMAN, 1997).

Ao analisar o conceito de crédito é possível identificar alguns elementos inerentes a ele: risco, juro, tempo e confiança.

Gitman (1997) define o risco como a possibilidade de uma perda financeira. O risco também é chamado de incerteza, dada a variabilidade de retornos de um ativo financeiro. Silva (2014) aponta que, ao conceder o crédito, o banco se expõe ao risco de não receber de volta do cliente. As instituições, para evitar isso, fazem uma análise da pasta cadastral do cliente, para poder determinar o prazo e a taxa de juros a que será concedido o crédito.

O juro é definido por Assaf Neto (2011) como o preço da mercadoria dinheiro, sendo a remuneração que o tomador de um empréstimo paga a um doador. Os principais fatores que afetam os juros são: expectativa de inflação, risco do tomador de recursos, risco conjuntural e liquidez do mercado.

Para Silva (2014), tempo é o prazo que se tem até o vencimento da dívida e é um fator importante, pois à medida em que se aumenta o prazo, maior se torna o risco. Como exemplo, é citado que uma operação de 90 dias tem um risco menor que uma de igual valor com prazo de 5 anos.

Confiança é definido no dicionário Houaiss (2001) como “crença na probidade moral, na sinceridade, lealdade, competência, discrição”. Sendo assim, as expectativas positivas relativas ao comportamento do tomador.

2.2 Mercado de crédito e suas modalidades

As operações de crédito se dão pelas instituições financeiras que intermediam recursos. Segundo Assaf Neto (2011), as principais instituições bancárias que operam no mercado de crédito são os bancos comerciais, bancos múltiplos e outras instituições não bancárias como banco de investimento e desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito imobiliário. Os bancos comerciais concedem principalmente créditos de curto prazo para pessoas físicas, atuando como banco de varejo, e para pessoas jurídicas. Já os bancos de investimento trabalham com créditos de médio e longo prazo para as empresas investirem em capital de giro ou capital fixo.

Os instrumentos de crédito mais utilizados por pessoas físicas são o cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado e crédito direto ao consumidor. O **Cheque Especial** é um contrato em que o correntista tem um crédito automaticamente disponível em sua conta corrente; o correntista incorre em juros e outros encargos em caso de utilização deste crédito quando o saldo em sua conta corrente se torna negativo. O **Crédito Pessoal** é um empréstimo em dinheiro normalmente garantido por um cheque pré-datado, porém, às vezes, sem necessidade de comprovação de renda; o custo é elevado pelo alto risco incorrido pela instituição financeira. O **Cartão de Crédito** tem um limite pré-aprovado e seu usuário pode

fazer uso de recursos até o valor deste limite; o usuário pagará juros e encargos somente nos casos de parcelamento da fatura, saque em dinheiro, e em alguns casos de compra parcelada. O **Crédito Consignado** é uma modalidade de empréstimo concedida a funcionários de empresas privadas, aposentado ou pensionista do INSS e servidores públicos, com desconto direto em folha de pagamento, sendo um instrumento que apresenta menores taxas de juros em decorrência do baixo risco; o limite é definido proporcional ao salário, pois a prestação não deve passar de 30% do salário líquido mensal. O **Crédito direto ao consumidor** é uma modalidade de financiamento concedido direto ao consumidor para aquisição de bens e serviços. (KERR, 2011).

2.3 Avaliadores do Risco de Crédito

Bessis (1998) define o risco de crédito como a perda resultante da deterioração da qualidade de crédito ou um *default* do tomador, sendo um *default* caracterizado pelo atraso no pagamento de uma obrigação ou o não cumprimento de uma cláusula contratual, o início de um procedimento legal como concordata ou falência, ou mesmo inadimplência de natureza econômica.

Para minimizar este risco, Silva (2014) cita os chamados Cs do crédito, que são variáveis que as instituições financeiras utilizam para classificar o risco dos tomadores. Os Cs são:

- caráter: intenções do devedor, sendo essa informação conseguida por compartilhamento de informação entre as instituições financeiras;
- capacidade administrativa: estrutura organizacional da empresa em sua capacidade de planejamento;
- condição: condições externas não controladas pela empresa, como concorrência, decisões políticas ou até mesmo fenômenos naturais;
- capital: análise patrimonial da empresa, tendo em vista seus demonstrativos contábeis;
- conglomerado: leva em consideração todo o conjunto ou conglomerado em que essa empresa se insere.

Segundo Caouette *et al* (2000), tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, podem ser utilizados os modelos de *credit scoring*, modelos que atribuem pesos predeterminados a dados e atributos em uma equação para gerar uma pontuação ao crédito solicitado. Os dados mais utilizados, normalmente são dados cadastrais, financeiros e de idoneidade. A partir dessa pontuação é avaliado o risco de perda com a operação. Saunders (2000) ressalta que a partir do *credit scoring*, os solicitantes são classificados como adimplentes ou inadimplentes, bons pagadores ou maus pagadores, orientando as decisões dos analistas se o crédito será aprovado ou não, além de determinar o limite do crédito concedido.

Para minimizar os riscos, o credor cobra um colateral, que representa uma garantia do tomador diante das incertezas com relação ao futuro. Estas garantias podem ser garantias pessoais ou reais. A garantia pessoal ocorre quando o credor exige do devedor apenas a promessa de pagamento, podendo dar o patrimônio presente e futuro. Entre as garantias, há o aval e a fiança. No aval, o avalista se torna legalmente corresponsável pela dívida contraída pelo avalizado. Na fiança, o fiador promete satisfazer à obrigação de um terceiro para maior segurança do credor. A garantia real ocorre quando o devedor confere um direito especial de garantia sobre um ou mais bens de seu patrimônio para assegurar o cumprimento da obrigação através do penhor, hipoteca, anticrese, propriedade fiduciária ou alienação fiduciária de coisa imóvel. (SILVA, 2014).

2.4 Tipos de Política de Crédito

Segundo Carvalho *et al* (2007), o crédito é um dos mecanismos de transmissão da política monetária, através da compra e venda de títulos no mercado aberto e do empréstimo ou cobrança através dos guichês de redesconto. Keynes (1985) aponta que as políticas afetam diretamente a demanda agregada, afetando o consumo e investimento, tendo assim, efeito nas variáveis macroeconômicas no curto prazo. Estas políticas, segundo Vasconcellos (2009), podem apresentar um caráter liberal (expansionista) ou restritivo (contracionista). As políticas expansionistas têm como característica principal injetar liquidez na economia, acelerando a quantidade e a circulação de moeda, barateando os empréstimos e diminuindo as taxas de juros. Já as políticas contracionistas tendem a reduzir o crescimento da quantidade de moeda, elevando os custos dos empréstimos através do aumento das taxas de juros.

Carvalho *et al* (2007) apontam que, para uma política restritiva, o BCB realiza a venda de títulos público, tendo uma diminuição de reservas livres nos bancos comerciais, reduzindo sua capacidade de realizar empréstimos. Já em uma política mais liberal o BCB compra os títulos que estão nas carteiras dos bancos, injetando mais dinheiro na economia e aumentando a capacidade dos bancos de realizar empréstimos. No caso de o redesconto ser o instrumento utilizado em uma política liberal, o BCB diminui a taxa a que empresta aos bancos comerciais para que seja necessário um menor volume de depósitos voluntários, garantindo a suficiência do fluxo de caixa e dando maior capacidade para a concessão de crédito. Em uma política restritiva, o BCB aumenta a taxa de redesconto, muitas vezes forçando os bancos a enxugarem as linhas de crédito, realizando um racionamento quantitativo, ou seja, menor concessão de empréstimos a famílias e empresas. Neste caso, a taxa de juros do redesconto se torna mais cara, podendo não haver uma variação nas reservas livres para empréstimo, mas apenas taxas de juros mais altas para concessão do crédito.

2.5 Órgãos Reguladores

Carvalho *et al* (2007) aponta como uma das funções do Banco Central, a de regulador do sistema financeiro nacional. Sendo responsável pela fiscalização das instituições financeiras e suas operações, tem como objetivo proteger os depósitos dos clientes e garantir solvência dos bancos de forma a impedir possíveis crises sistêmicas. O Banco Central garante isto através de algumas normas, como a exigência de capital de giro mínimo para a instalação de um banco, estabelecimento de limites para certas operações limitando a exposição de risco, restrição ou impedimento de operações e realização de inspeções regulares e intervenções em instituições mal administradas. Além do Banco Central, existe o Conselho Monetário Nacional (CMN) que, segundo o próprio Banco Central, é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional, sendo o responsável pela formulação da política monetária e de crédito, com o objetivo de manter a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país. Sua atual composição é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central do Brasil. (BCB, 2003).

2.6 Endividamento, Sobre-endividamento e Inadimplência

A dívida é definida no dicionário Houaiss (2001) como “quantia que se tem que pagar a alguém”. Ocorre quando há uma necessidade de financiamento para o consumo, pois a quantidade de recursos não é suficiente para adquirir o bem.

O sobre-endividamento é definido como a situação em que o devedor se vê impossibilitado de cumprir com os seus compromissos financeiros. Pode ocorrer de duas formas: ativa ou passiva. A forma ativa ocorre quando o devedor contribui diretamente para se colocar na situação, e a forma passiva ocorre quando o endividamento acontece por circunstâncias imprevisíveis (OEC, 2002). O sobre-endividamento ativo pode ser causado por fatores culturais e estruturais. Os fatores estruturais dependem da própria oferta e demanda no mercado de crédito. Os fatores culturais englobam as expectativas dos agentes em relação ao seu rendimento e preço futuro, a aceitação em relação ao endividamento, o otimismo e a satisfação das necessidades e desejos. (BRAUCHER, 2006).

A inadimplência pode ser entendida como o não cumprimento de uma obrigação financeira, porém Sicsú (2003) destaca a dificuldade de uma definição operacional por parte dos analistas de crédito pelo fato de eles terem diferentes objetivos, podendo serem conflitantes. Há analistas com posturas mais rigorosas, visando um sistema de classificação de risco que aprove operações de crédito mais seguras, enquanto há analistas que adotam posturas menos restritivas, querendo menores limitações para as operações das instituições financeiras.

2.7 Educação Financeira

Para utilizarem os instrumentos de crédito, ampliando o seu poder de consumo, é importante que os usuários e clientes do sistema financeiro saibam como utilizá-los adequadamente. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2005, p 118):

Educação financeira é processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

O BCB (2013) aponta alguns conhecimentos e comportamentos básicos necessários para ser educado financeiramente:

- Entender o funcionamento do mercado de crédito e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão.
- Consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo.
- Saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento.
- Entender a importância e as vantagens de planejar e acompanhar o orçamento pessoal e familiar.
- Compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir riscos inesperados.
- Manter uma boa gestão financeira pessoal.

O BCB (2013) ainda afirma que a educação financeira contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades das quais fazem parte, levando ao desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico ocorre na região em decorrência da redução dos níveis de endividamento e inadimplência, além do aumento da capacidade de investimentos. O BCB, junto com o Governo Federal, entendendo a importância da educação financeira,

instituíram por meio do decreto nº 7.397, de 2010, a Estratégia Nacional para Educação Financeira (Enef) e reestruturou o programa do BCB, Cidadania Financeira, tendo como objetivo prover ao cidadão brasileiro a educação financeira. Assim sendo, a educação financeira se tornou uma política de Estado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

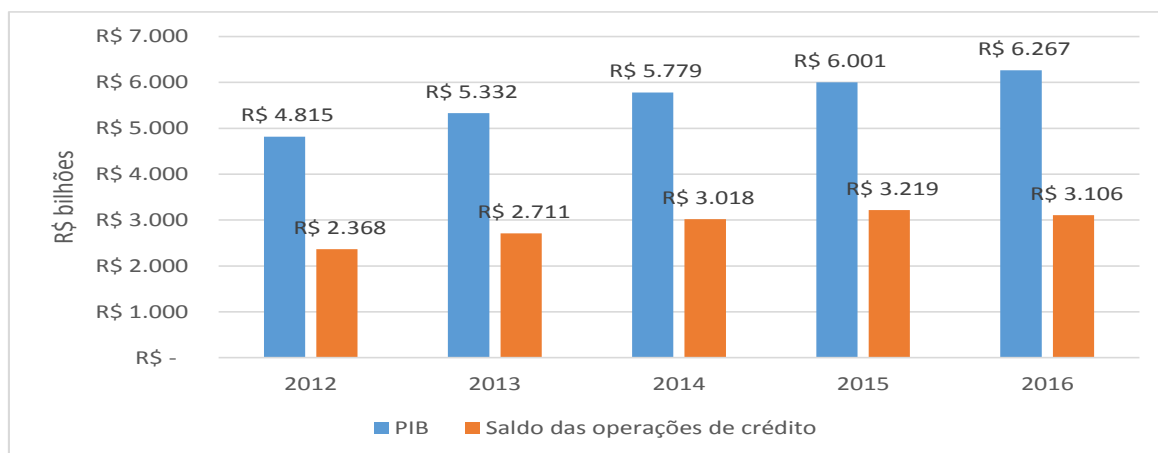
Para a realização deste estudo, foram coletados dados de instituições como o Banco Central, empresas de serviços relacionados ao crédito (Boa Vista SCPC e SERASA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). O trabalho apresenta um caráter quantitativo em que, através da análise dos dados coletados, foram estudadas as políticas de créditos do período delimitado junto das variáveis macroeconômicas, sendo analisadas as variações das principais carteiras de crédito para pessoa física, verificando se há evidências de mudança no perfil de endividamento dos consumidores inadimplentes no período (gênero, idade, estado civil, escolaridade e renda).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 A Evolução do Crédito na Economia Brasileira 2012-2016

De acordo com a nota técnica no. 135 do DIEESE (2014), o crédito possui papel relevante na economia, visto que financia o consumo das famílias e o investimento dos setores produtivos, sendo a ampliação do mercado de crédito uma das razões para o crescimento econômico nos últimos anos. Durante o período de 2012 a 2016 várias modalidades de crédito foram criadas, ampliadas e aperfeiçoadas, tais como, o crédito consignado, o cartão de crédito, o crédito habitacional, o crédito rural, entre outras. Para se ter uma noção da ampliação do mercado de crédito, analisa-se o saldo das operações de crédito em porcentagem do PIB. A razão aumentou de 49% para 50%, entre 2012 e 2016, chegando a um pico de 54% em 2015, demonstrando uma política de crédito expansionista. Neste período, o saldo das operações de crédito passou de R\$2.368 para R\$3.106 bilhões, representando um aumento de 31% ou R\$738 bilhões (figura 1).

Figura 1 – PIB e saldo das operações de crédito total



Fonte: BCB (2018) e IBGE (2017a).

Apesar da notória expansão do mercado de crédito, ressalta-se que a atuação das instituições financeiras não ocorreu de forma homogênea, tendo papel de destaque os bancos públicos que, a partir de 2012, foram acionados pelo governo federal para diminuir o *spread* bancário.

Analizando o histórico das taxas de juros e *spread* conclui-se que a taxa média anual de juros das operações de crédito com recursos livres e direcionados (tabela 1) refletiram a trajetória da taxa básica de juros, qual seja, a de elevação. No âmbito dos recursos livres, nota-se que, no período de 2012 a 2016, houve um aumento de 38,5 pontos percentuais. A taxa média de juros para pessoa física passou de 33,9% em 2012 (*spread* bancário de 25,6%) para 72,4% em 2016 (*spread* bancário de 60,2%). Segundo o relatório do BCB (2014), o aumento acentuado do *spread* para pessoa física ocorreu nas seguintes modalidades de alto risco: cheque especial, cartão de crédito rotativo e crédito pessoal não consignado. O mesmo não aconteceu para a linha de crédito direcionado. No crédito direcionado, o custo médio para pessoa física em 2016 foi de 10,4%, com *spread* de 3,5%, não ocorrendo mudanças significativas durante o período de 2012 a 2016.

Tabela 1 - Taxas médias de juros e spread das operações de crédito para pessoa física com recursos livres e direcionados

Período	Recursos Livres			Recursos Direcionados		
	Taxa de aplicação (% a.a.)	Taxa de captação (% a.a.)	<i>Spread</i> (p.p.)	Taxa de aplicação (% a.a.)	Taxa de captação (% a.a.)	<i>Spread</i> (p.p.)
2012	33,9%	8,3%	25,6%	6,8%	3,7%	3,1%
2013	44,0%	11,7%	32,3%	7,6%	5,2%	2,4%
2014	49,6%	12,3%	37,3%	7,9%	5,4%	2,5%
2015	63,8%	15,7%	48,1%	9,7%	6,5%	3,2%
2016	72,4%	12,2%	60,2%	10,4%	6,9%	3,5%

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

4.1.1 O Crédito às Pessoas Físicas

O crédito total da economia aumentou em 31% no período 2012-2016, sendo que o crédito destinado à pessoa física aumentou em 45% no período (tabela 2).

Tabela 2 – Saldo das operações de crédito, taxa anual e % do PIB

31 de dezembro	Recursos Livres Pessoa Física		Recursos Direcionados Pessoa Física		Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física			Saldo Total Operações de Crédito		
	Saldo em R\$ bilhões	Taxa anual	Saldo em R\$ bilhões	Taxa anual	Saldo em R\$ bilhões	Taxa anual	Saldo operações de crédito / PIB	Saldo em R\$ bilhões	Taxa anual	Saldo operações de crédito / PIB
2012	R\$ 689	10%	R\$ 385	31%	R\$ 1.074	17%	22%	R\$ 2.368	16%	49%
2013	R\$ 743	8%	R\$ 503	31%	R\$ 1.246	16%	23%	R\$ 2.711	14%	51%
2014	R\$ 783	5%	R\$ 628	25%	R\$ 1.412	13%	24%	R\$ 3.018	11%	52%
2015	R\$ 805	3%	R\$ 707	12%	R\$ 1.512	7%	25%	R\$ 3.219	7%	54%
2016	R\$ 809	0%	R\$ 752	6%	R\$ 1.561	3%	25%	R\$ 3.106	-4%	50%
Varição acumulada	17%		95%		45%			31%		

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

Com isso, a participação do crédito pessoa física passou de 45% para 50%, ou seja, de um total de R\$3.106 bilhões em 2016, R\$1.561 bilhões eram destinados à pessoa física. A relação crédito total/PIB também aumentou, passando de 49% em 2012 para 50% em 2016, sendo que o crédito PF/PIB subiu de 22% para 25%. Analisando a taxa de crescimento anual nota-se que a tendência é de desaceleração. Em 2012, o total do saldo de operações de crédito apresentava a taxa de 16% a.a. passando para – 4% a.a. em 2016. A mesma tendência de desaceleração, embora menor, ocorre para o crédito destinado à pessoa física, passando de 17% em 2012 para 3% em 2016 (tabela 2).

Segundo o comunicado do IPEA no.105 (2011), o crédito já vinha aumentando firmemente desde 2004 em decorrência de alguns fatores, tais como, as expectativas otimistas de retomada do emprego e da renda, a criação do crédito consignado e o aquecimento dos investimentos produtivos a partir de 2006. Esse ciclo foi induzido pelos bancos privados, que expandiram o volume de operações de crédito acima da expansão realizada pelos bancos públicos, até a crise financeira de 2008-2009, quando essa situação se inverteu e os bancos públicos passaram a sustentar o ciclo de expansão econômica, notadamente nos setores industrial, rural e residencial. A participação dos bancos públicos no saldo total das operações de crédito era de 36% em 2008 (DIEESE, 2014). Já em 2016, o saldo das operações de crédito das Instituições Financeiras Públicas representava 56% (R\$1,730 trilhões) enquanto as Instituições Financeiras Privadas Nacionais participavam com 31% (R\$976 bilhões) e as Estrangeiras com 13% (R\$400 bilhões) (tabela 3).

Tabela 3 - Saldo das operações de crédito por controle de capital

31 de dezembro	Instituições Financeiras Públicas		Instituições Financeiras Privadas Nacionais		Instituições Financeiras Estrangeiras		Total	
	Saldo em R\$bilhões	%	Saldo em R\$bilhões	%	Saldo em R\$bilhões	%	Saldo em R\$bilhões	%
2012	R\$ 1.134	48%	R\$ 847	36%	R\$ 387	16%	R\$ 2.368	100%
2013	R\$ 1.391	51%	R\$ 899	33%	R\$ 422	16%	R\$ 2.711	100%
2014	R\$ 1.623	54%	R\$ 953	32%	R\$ 441	15%	R\$ 3.017	100%
2015	R\$ 1.797	56%	R\$ 948	29%	R\$ 475	15%	R\$ 3.219	100%
2016	R\$ 1.730	56%	R\$ 976	31%	R\$ 400	13%	R\$ 3.106	100%

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

4.1.2 Destinação do Crédito: Recursos Livres e Direcionados

Realizando uma análise do crédito por destinação, o saldo de empréstimos livres, isto é, os empréstimos que são aplicados onde e como as instituições financeiras quiserem (DIEESE, 2014), atinge R\$1,556 trilhão em 2016, sendo 52% destinado a pessoa física (R\$809 bilhões). No período de 2012 a 2016, o total de recursos livres apresentou um crescimento de 11% enquanto os recursos livres destinados à pessoa física cresceram em 17% (tabela 4).

O crédito com recursos direcionados, ou seja, o crédito que deve ser aplicado em determinadas linhas de acordo com as leis e regulamentações com taxa de juro subsidiada (DIEESE, 2014), atingiu R\$1,550 trilhão em 2016, tendo um crescimento no período de 2012 a 2016 de 59%, enquanto as operações de crédito direcionado destinadas à pessoa física cresceram em 95% (tabela 4).

Com esses dados, conclui-se que a taxa de crescimento do crédito foi sustentada pelos empréstimos com recursos direcionados, enquanto que a desaceleração do crescimento do crédito está diretamente relacionada às operações com recursos livres (DIEESE, 2014). Segundo o IPEA (2011), o crédito direcionado teve maior expansão devido a três fatores. O primeiro se refere à atuação anticíclica dos bancos públicos em decorrência da crise internacional de 2008. Esta atuação ocorreu através do fomento ao desenvolvimento via provimento de financiamento de longo prazo. A oferta de crédito de longo prazo é uma função típica do banco público, visto que o setor bancário privado brasileiro tem pouca atuação, seja porque sua fonte de captação é de curto prazo, seja pela existência de alternativas de aplicação que garantem maior rentabilidade, menor risco e curto prazo. A atuação dos bancos públicos ocorreu sustentando o segmento imobiliário (principalmente via Caixa Econômica Federal). O BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também forneceram crédito para o consumo das famílias. O IPEA (2011) acrescenta que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (Basa) também desempenharam papel relevante no desenvolvimento regional, fomentando o desenvolvimento econômico e a infraestrutura regional através da disponibilização de canais de crédito. Além disso, os bancos públicos participaram ativamente da expansão da “bancarização” para as classes de renda baixa.

Tabela 4 - Saldo das operações de crédito com recursos livres e recursos direcionados pessoa física e total

31 de dezembro	Recursos Livres			Recursos Direcionados			Total		
	Pessoa Física		Total (Saldo em R\$ bilhões)	Pessoa Física		Total (Saldo em R\$ bilhões)	Pessoa Física		Total (Saldo em R\$ bilhões)
	Saldo em R\$ bilhões	% total		Saldo em R\$ bilhões	% total		Saldo em R\$ bilhões	% total	
2012	R\$ 689	49%	R\$ 1.397	R\$ 385	40%	R\$ 972	R\$ 1.074	45%	R\$ 2.368
2013	R\$ 743	49%	R\$ 1.507	R\$ 503	42%	R\$ 1.205	R\$ 1.246	46%	R\$ 2.711
2014	R\$ 783	50%	R\$ 1.577	R\$ 628	44%	R\$ 1.440	R\$ 1.412	47%	R\$ 3.018
2015	R\$ 805	49%	R\$ 1.637	R\$ 707	45%	R\$ 1.582	R\$ 1.512	47%	R\$ 3.219
2016	R\$ 809	52%	R\$ 1.556	R\$ 752	49%	R\$ 1.550	R\$ 1.561	50%	R\$ 3.105
Variação acumulada	17%		11%	95%		59%	45%		31%

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

4.1.3 Recursos Livres e Direcionados para Pessoa Física

No final de 2016 os recursos livres totalizaram R\$809 bilhões. A participação de recursos livres no total de recursos destinados à pessoa física diminuiu de 64% (R\$689 / R\$1.074) em 2012 para 52% (R\$809 / R\$1.561) em 2016. Isso porque, enquanto os recursos livres aumentavam em 17% no período de 2012-2016, os recursos direcionados aumentavam em 95%. Parte dessa queda nos recursos livres está relacionada ao aumento vertiginoso das taxas de juros (tabela 4).

Um destaque é o crédito pessoal consignado, cuja participação de 27% no total da carteira em 2012 passa a 36% em 2016. Isso representa um aumento de 52% nos recursos no período analisado. O outro destaque é o cartão de crédito que participava com 18% no total da carteira em 2012 e passa a 23% em 2016, mostrando um crescimento de 46% nos recursos para o período. O crédito pessoal, o cheque especial e o saldo dos financiamentos de veículos desaceleraram o ritmo de crescimento apresentando, inclusive, taxas anuais negativas em 2016 (-5%, -6% e -11%, respectivamente). Em geral, todas as taxas anuais mostraram desaceleração refletindo a evolução mais moderada dos indicadores de renda e emprego (tabela 5).

Tabela 5 - Saldo das operações de crédito com recursos livres para pessoa física (valores em R\$ bilhões)

31 de dezembro	Crédito pessoal	Taxa anual	Crédito pessoal consignado	Taxa anual	Aquisição de veículos	Taxa anual	Cartão de crédito	Taxa anual	Cheque especial	Taxa anual	Demais	Taxa anual	Total	Taxa anual
2012	R\$ 88	11%	R\$ 189	19%	R\$ 193	9%	R\$ 127	11%	R\$ 22	23%	R\$ 71	-12%	R\$ 689	10%
2013	R\$ 96	9%	R\$ 222	17%	R\$ 193	0%	R\$ 145	14%	R\$ 23	7%	R\$ 64	-9%	R\$ 743	8%
2014	R\$ 101	5%	R\$ 252	14%	R\$ 184	-4%	R\$ 161	11%	R\$ 25	5%	R\$ 61	-6%	R\$ 783	5%
2015	R\$ 108	7%	R\$ 273	8%	R\$ 161	-13%	R\$ 173	8%	R\$ 25	1%	R\$ 66	8%	R\$ 805	3%
2016	R\$ 102	-5%	R\$ 288	6%	R\$ 144	-11%	R\$ 185	7%	R\$ 23	-6%	R\$ 68	3%	R\$ 809	0%
Varição acumulada	15%		52%		-26%		46%		8%		-4%		17%	

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

De acordo com o DIEESE (2014), a lei no. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, regulamentou a concessão do crédito consignado aos assalariados do setor público e privado, além dos aposentados e pensionistas do INSS. O crédito consignado é mais seguro para quem está emprestando, visto que a cobrança é automática e de responsabilidade do empregador ou do governo (via Previdência Social). Também é vantajoso para o devedor, pois as taxas de juros são mais baixas que as demais modalidades de crédito pessoal, além de possibilitar o empréstimo mesmo se a pessoa tiver registro de inadimplência no Serasa ou no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Analisando a série histórica 2012-2016 (tabela 6), enquanto a taxa média de juros de empréstimos não consignados passava de 66,3% para 140,9% a.a. (diferença de 74,6 p.p.), a taxa para os trabalhadores do setor privado passava de 29,9% para 42,6% (diferença de 12,7 p.p.). Quando se comparam as taxas dentro da modalidade de consignados, observa-se que as taxas praticadas para os servidores públicos é a mais baixa (26,8% em 2016), seguida da taxa praticada para os beneficiários do INSS (29,8% em 2016) e, por último, a mais alta praticada para os trabalhadores do setor privado (42,6% em 2016). Além de existir uma grande diferença entre as taxas de não consignado e consignado, o crescimento das taxas ao longo do período também foi diferenciado. Enquanto a taxa de crescimento nos empréstimos não consignados foi de 112,5% (140,9% / 66,3%), a taxa nos empréstimos consignados foi de 21,6% (29,8% / 24,5%).

Tabela 6 – Taxas médias de juros de empréstimos consignados pessoa física (em % a.a.)

Período	Não consignado	Consignado			
		Servidores Públicos	Trabalhadores Setor Privado	Beneficiários do INSS	Total
2012	66,3%	22,6%	29,9%	26,9%	24,5%
2013	86,1%	22,3%	29,7%	27,3%	24,4%
2014	101,9%	24,0%	33,9%	28,0%	25,9%
2015	117,8%	26,8%	40,9%	31,4%	28,3%
2016	140,9%	26,8%	42,6%	29,8%	29,8%

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

Analizando os dados de 2016, conclui-se que a maior parcela do saldo total de empréstimo consignado se destinou para os servidores públicos (58%), com recursos de R\$168 bilhões. Em seguida, estão os beneficiários do INSS com participação de 35% no total da carteira (R\$101 bilhões). Os trabalhadores do setor privado representam a menor parcela (6%). De acordo com o DIEESE (2014), o saldo das operações de crédito consignado apresenta uma expansão contínua desde 2008.

Tabela 7 - Saldo das operações de crédito consignado por segmento

31 de dezembro	Servidores Públicos		Trabalhadores Setor Privado		Beneficiários do INSS		Total	
	Saldo em R\$bilhões	% total	Saldo em R\$bilhões	% total	Saldo em R\$bilhões	% total	Saldo em R\$bilhões	%
2012	R\$ 116	61%	R\$ 16	9%	R\$ 57	30%	R\$ 189	100%
2013	R\$ 137	62%	R\$ 18	8%	R\$ 67	30%	R\$ 222	100%
2014	R\$ 156	62%	R\$ 19	8%	R\$ 77	31%	R\$ 252	100%
2015	R\$ 165	61%	R\$ 20	7%	R\$ 87	32%	R\$ 273	100%
2016	R\$ 168	58%	R\$ 19	6%	R\$ 101	35%	R\$ 288	100%

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

Tabela 8 - Saldo das operações de crédito com recursos direcionados para pessoa física (valores em R\$ bilhões)

31 de dezembro	BNDES	Taxa anual	Imobiliário	Taxa anual	Rural	Taxa anual	Demais	Taxa anual	Total	Taxa anual
2012	R\$ 29	18%	R\$ 255	35%	R\$ 95	30%	R\$ 6	-3%	R\$ 385	31%
2013	R\$ 37	27%	R\$ 337	32%	R\$ 119	26%	R\$ 10	70%	R\$ 503	31%
2014	R\$ 43	16%	R\$ 432	28%	R\$ 146	22%	R\$ 8	-18%	R\$ 628	25%
2015	R\$ 46	7%	R\$ 500	16%	R\$ 154	6%	R\$ 8	-6%	R\$ 707	12%
2016	R\$ 49	6%	R\$ 534	7%	R\$ 162	6%	R\$ 6	-18%	R\$ 752	6%
Variação acumulada	67%		109%		72%		8%		95%	

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

Os financiamentos com recursos direcionados para pessoas físicas totalizaram R\$752 bilhões em 2016, crescendo 95% no período de 2012-2016. Esses recursos representam 49% dos recursos totais destinados a pessoa física em 2016 (tabela 4). Na carteira destaca-se o crédito imobiliário (tabela 8), com crescimento de 109% no período, totalizando R\$534 bilhões em 2016. A participação do crédito imobiliário na carteira era de 66% em 2012 passando a 71% em 2016. Em geral, todas as taxas anuais mostraram desaceleração refletindo a evolução mais moderada dos indicadores de renda e emprego (tabela 8).

4.1.4 Crédito Imobiliário

De acordo com o DIEESE (2014), diversos fatores influenciaram o crescimento do crédito imobiliário, tais como, o aumento da renda familiar, a estabilidade econômica, a atuação dos bancos privados, além do incentivo do governo através do programa “Minha casa, minha vida”.

O governo foi um dos principais agentes de fomento para a expansão do crédito imobiliário por meio do direcionamento do crédito a taxas de juros reguladas. Em 2016, enquanto a taxa de mercado para pessoa física era de 15,4%, a taxa regulada era de 10,2%, uma diferença de 5,2 p.p. (tabela 9). (DIEESE, 2014).

Tabela 9 - Taxas médias de juros de crédito imobiliário pessoa física

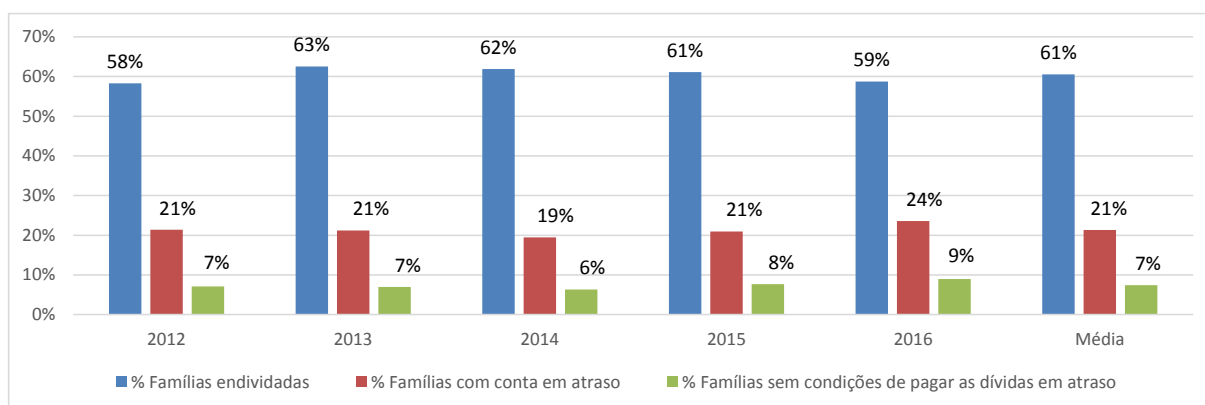
31 de dezembro	Pessoa Física	
	Taxa de mercado	Taxas reguladas
2012	13,0%	7,0%
2013	13,9%	7,9%
2014	12,2%	8,4%
2015	14,2%	9,4%
2016	15,4%	10,2%

Fonte: BCB (2018). Elaborado pelos autores

4.2 Perfil dos consumidores endividados

Analisando os dados do PEIC (2016), conclui-se que, no período de 2012-2016 houve um aumento acentuado no percentual de famílias endividadas de 58% (2012) para 63% (2013), reduzindo nos anos seguintes até chegar a 59% em 2016. Com relação ao percentual de famílias com contas em atraso, o percentual aumenta de 21% (2012) para 24% (2016). No que diz respeito às famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso, o percentual também aumenta, de 7% (2012) para 9% (2016) (figura 2). Portanto, os inadimplentes aumentam de 28% para 33% no período de 2012-2016.

Figura 2 - Percentual das famílias endividadas e percentual das famílias inadimplentes (média anual)

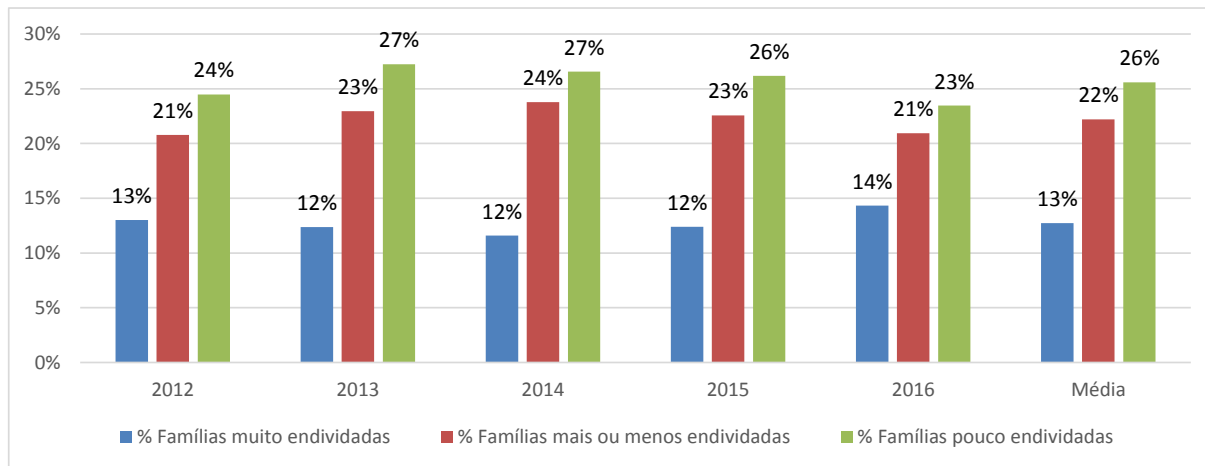


Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

A composição do nível de endividamento médio das famílias brasileiras se manteve ao longo do período estudado: em média, 13% das famílias estavam muito endividadas, 22% das famílias estavam mais ou menos endividadas e 26% das famílias estavam pouco endividadas (PEIC,

2016). Percebe-se que ocorre uma variação ao longo do período, mas esta variação não se mantém por muito tempo (figura 3).

Figura 3 - Percentual das famílias de acordo com o nível de endividamento (média anual)



Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

Segundo Bertaut e Haliassos (2006), o acesso ao crédito foi facilitado pelo cartão de crédito, sendo um dos principais meios utilizados pelos indivíduos para obtenção de crédito; para o período analisado, houve um aumento da participação do cartão de crédito de 74% (2012) para 77% (2016) (figura 4). De acordo com Kim e DeVaney (2001), a popularização do cartão de crédito é devido à sua multifuncionalidade, ou seja, é uma ferramenta de pagamento e um recurso de crédito. Muito distante do primeiro colocado vem o carnê, o qual perde participação no período (de 20% em 2012 para 15% em 2016).

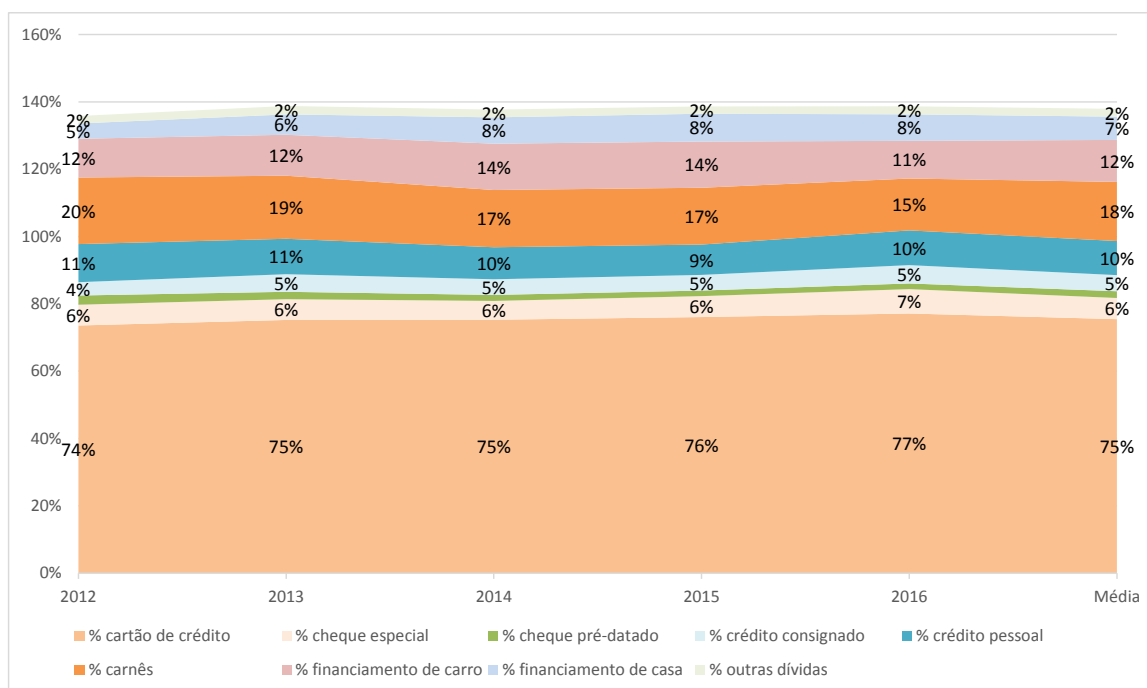


Figura 4 - Percentual das famílias de acordo com o tipo de dívida (média anual)

Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

Observa-se que um número reduzido de famílias se endivida com bens móveis (financiamento de carro = média 12%) ou imóveis (financiamento de imóvel próprio = média de 7%). Um tipo de dívida que apresenta boas condições de contratação de crédito, porém pouco utilizado, é o crédito consignado (média = 5%). Pelos números, pode-se deduzir que as famílias possuem mais do que um tipo de dívida, dificultando o planejamento de seu orçamento (figura 4).

O percentual de famílias que possuía dívidas por mais de um ano aumentou de 27% (2012) para 34% (2016), enquanto reduziu a participação percentual de famílias que possuía dívidas até 3 meses (de 28% para 26%) e das que possuíam dívidas de 3 meses a 6 meses (de 24% para 20%). Isso significa dizer que houve uma mudança de endividamento de curto prazo (menos de um ano) para endividamento de longo prazo (mais de um ano) (figura 5).

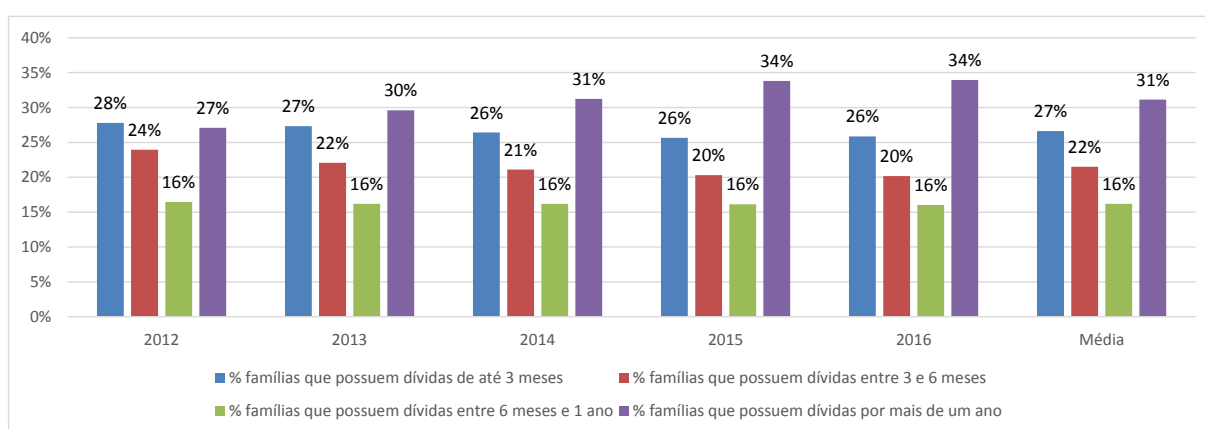


Figura 5 - Percentual das famílias endividadas de acordo com o tempo de comprometimento da dívida (média anual)

Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

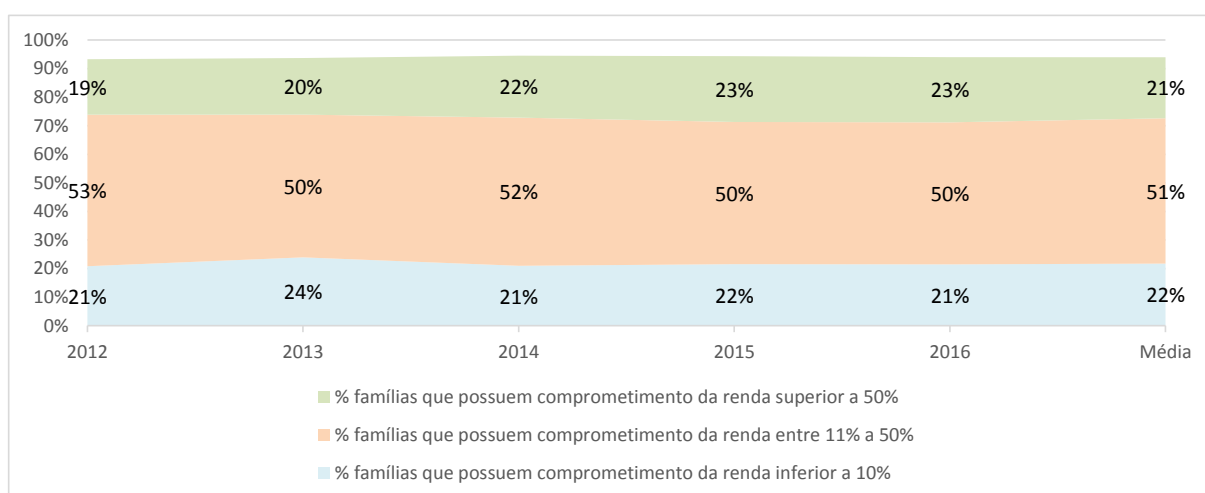


Figura 6 - Percentual das famílias endividadas de acordo com o comprometimento da renda (média anual)

Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

A participação percentual de famílias que possuíam comprometimento da renda entre 11% e 50% diminuiu de 53% para 50% no período de 2012-2016. Em contrapartida, a participação percentual de famílias que possuíam comprometimento da renda superior a 50% aumentou de 19% para 23% no mesmo período. Com isso, conclui-se que as famílias aumentaram seu comprometimento da renda ao longo do período analisado (figura 6).

4.3 Inadimplência nas Famílias

Em 2008, teve início a crise internacional nos Estados Unidos da América, com a quebra do Banco Lehman Brothers. O resultado desta crise foi negativo para diversas economias, provocando queda nas Bolsas de Valores, elevação das taxas de juros e menor liquidez nas economias. (BARIZÃO, 2010). A crise internacional afetou o Brasil de forma que, entre outubro de 2008 e junho de 2009, houve uma queda no PIB de mais de 4% e o setor industrial teve uma contração de 11,6%. Com essa queda na produção, ocorreu o aumento do desemprego, tendo um maior número de demissões do que admissões no mercado de trabalho (figura 7). (POCHMANN, 2009).

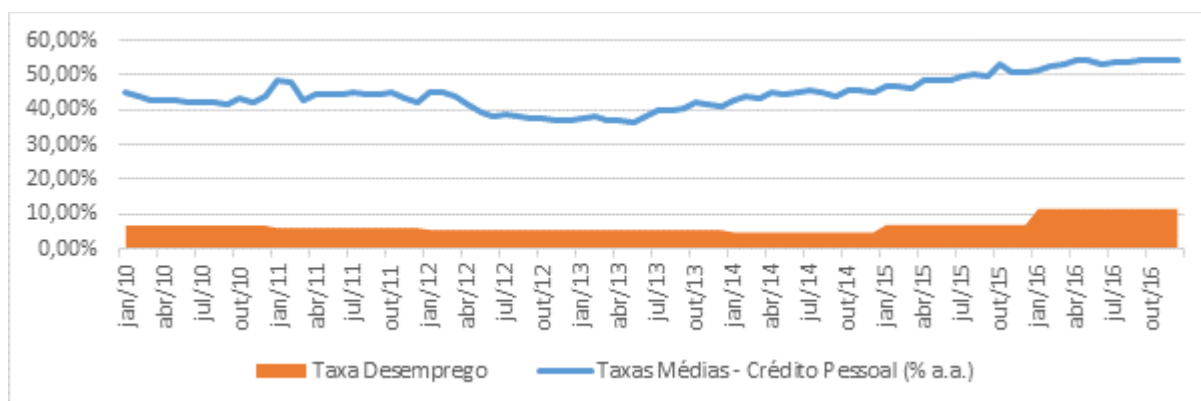


Figura 7 - Evolução do desemprego e das taxas médias de crédito pessoal

Fonte: BCB (2018) e IBGE (2017b). Elaborado pelos autores

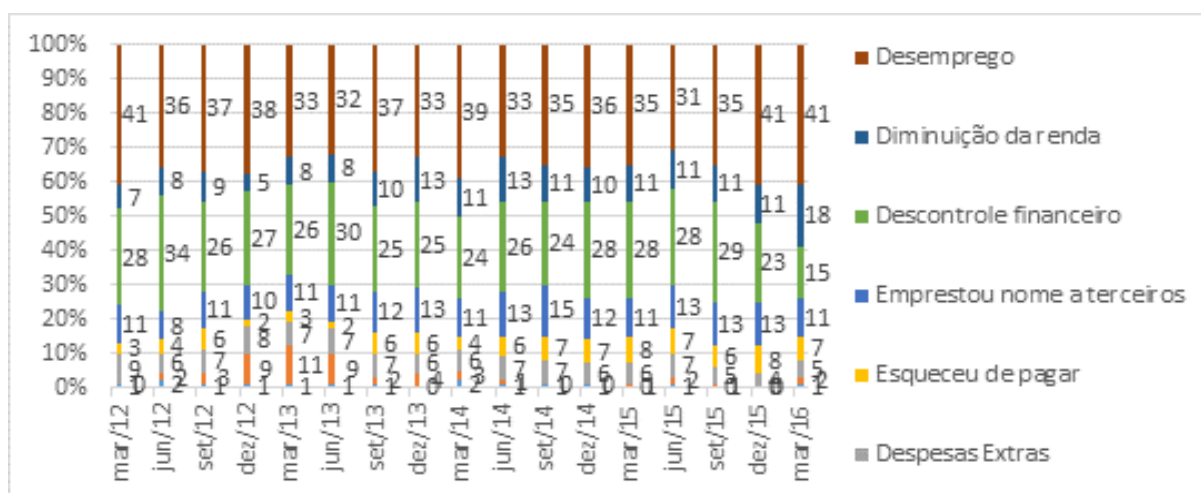


Figura 8 - Motivo que levou o consumidor à inadimplência

Fonte: BoaVista SCPC (2016). Elaborado pelos autores

As taxas médias de crédito pessoal passaram por uma fase de constante elevação e a taxa de desemprego que era de 4,8% em 2014 passa a 6,9% em 2015, e 11,50% em 2016 (figura 7).

Segundo pesquisa do BoaVista SCPC (2016), o desemprego (média de 37%) e o descontrole financeiro (média de 27%) foram os principais motivos que levaram os consumidores à inadimplência (figura 8), sendo que o aumento da taxa de desemprego aliado à elevação das taxas de juros (figura 7) levaram muitos consumidores ao endividamento de forma passiva.

No período de 2012-2016 percebe-se uma redução no percentual de famílias que possuíam condições de pagar integralmente suas dívidas em atraso (de 26% em 2012 para 21% em 2016) e um aumento no percentual de famílias que tinham condições de pagar parcialmente (de 37% em 2012 para 38% em 2016) ou não tinham condições de pagar (de 33% em 2012 para 38% em 2016). Isso demonstra um agravamento nas condições de pagamento que pode ser decorrente do acúmulo de dívidas, desemprego e outras situações não previstas (figura 9).

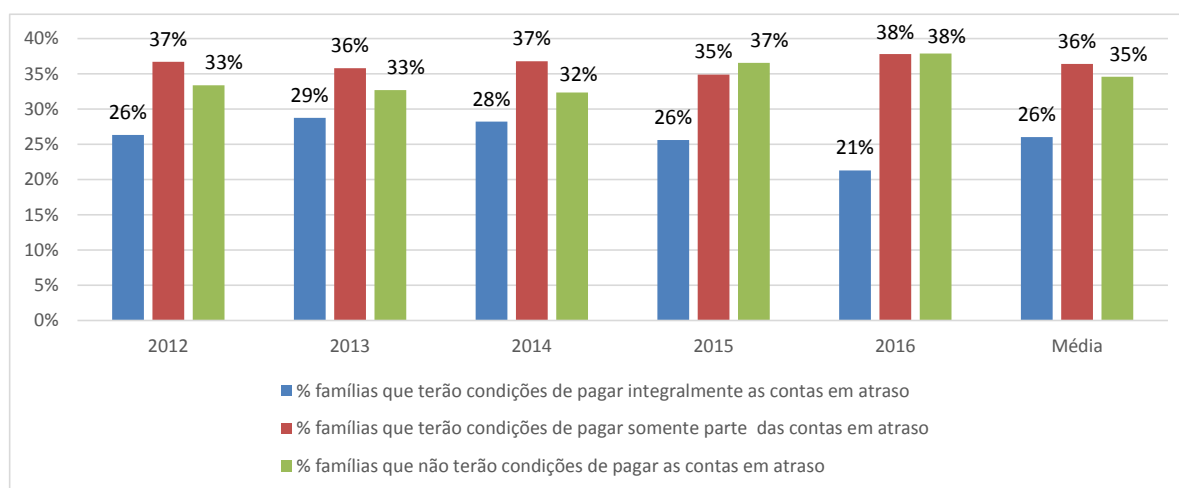


Figura 9 - Percentual das famílias com contas em atraso de acordo com as condições de pagamento (média anual)

Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

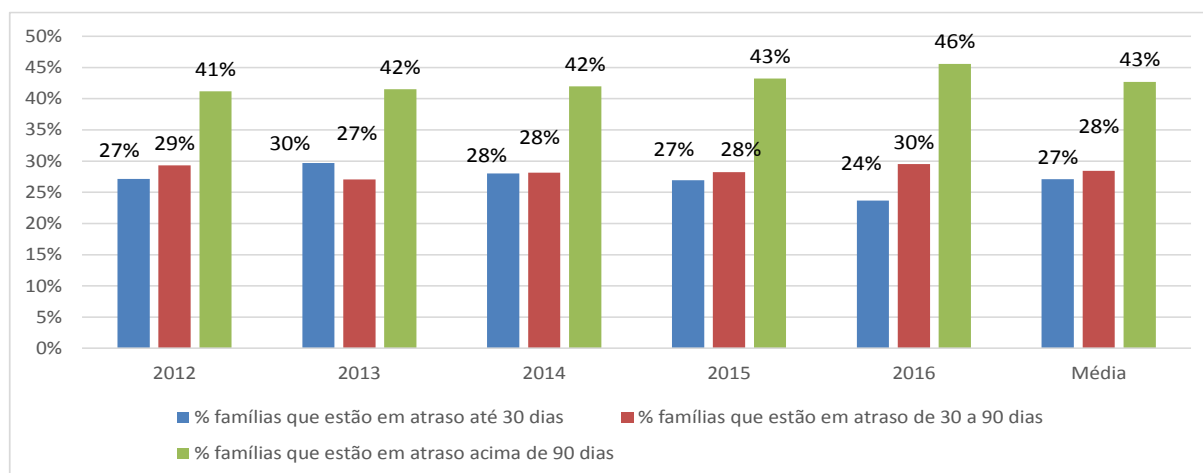


Figura 10 - Percentual das famílias que possuem contas em atraso de acordo com o tempo de pagamento em atraso (média anual)

Fonte: PEIC (2016). Elaborado pelos autores

A maioria das famílias endividadadas está em atraso por mais de 90 dias. Analisando a evolução do período percebe-se que o percentual de famílias que estão com dívidas em atraso até 30 dias vem reduzindo (de 27% em 2012 para 24% em 2016), enquanto as famílias com dívidas em atraso de 30 a 90 dias vêm aumentando (de 29% em 2012 para 30% em 2016), juntamente com o percentual de famílias com dívidas em atraso acima de 90 dias (de 41% em 2012 para 46% em 2016), o que demonstra que as famílias estão tendo mais dificuldade em saldar suas dívidas em atraso mais rapidamente (figura 10).

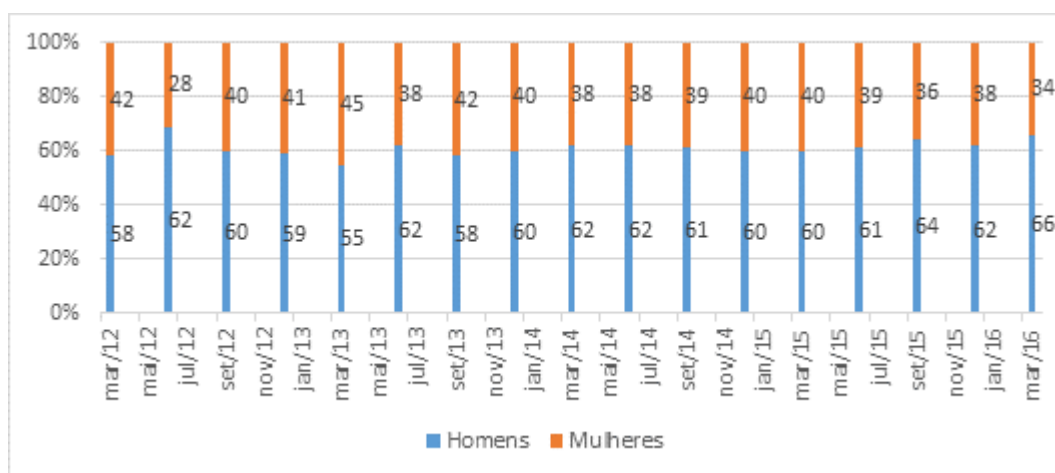


Figura 11 - Percentual dos inadimplentes de acordo com o gênero

Fonte: BoaVista SCPC (2016). Elaborado pelos autores

De acordo com a pesquisa da BoaVista SCPC (2016), do total de inadimplentes, a maioria é homem, sendo que sua participação aumentou de 58% em mar/12 para 66% em mar/16. Segundo estudos realizados por Flores *et al* (2013) e Catarina (2009), ao analisar o comportamento do consumo de homens e mulheres, apesar de as mulheres apresentarem um comportamento mais materialista, demandando mais artigos de luxo, os homens apresentam preferência por consumo de bens de maior valor agregado, como automóveis e imóveis, explicando o maior grau de endividamento e, como consequência, a maior inadimplência entre homens (figura 11).

Entre os inadimplentes, predomina aqueles que atuam no setor de trabalho formal, com média de 72,6% no período mar/12 a mar/16. A tendência é de queda na participação do setor formal de trabalho: em mar/12 sua participação era de 74% passando a 66% em mar/16 (BOAVISTA SCPC, 2016). Segundo o SPC Brasil (2013), os trabalhadores informais não conseguem crédito em instituições formais, o que explica a maior parte dos inadimplentes atuarem no setor de trabalho formal. A maior parte dos inadimplentes formais atua no setor privado (média de 47% de mar/12 a mar/16), tendo uma queda de 7 pontos percentuais de mar/12 (45%) a mar/16 (38%). Dos inadimplentes informais, a maioria é autônomo, tendo um crescimento no período de 20% em mar/12 para 27% em mar/16.

A pesquisa da BoaVista SCPC (2016) também informa que as principais variações na faixa de idade dos inadimplentes foram dos jovens entre 20 e 25 (de 12% em mar/12 para 6% em mar/2016) e dos idosos a partir de 60 anos (de 4% em mar/12 para 10% em mar/16). As diferenças são consequência do maior tempo de dedicação dos jovens nos estudos, entrando mais tarde no mercado de trabalho, consequentemente, levando mais tempo para a conquista da

independência financeira, diminuindo a inadimplência destes. Outro ponto a observar é o aumento da expectativa de vida do brasileiro, que explica a maior inadimplência entre idosos, pois há maiores gastos com remédios e planos de saúde, além da prática de emprestar o nome para empréstimos ou compras a prazo (figura 12).

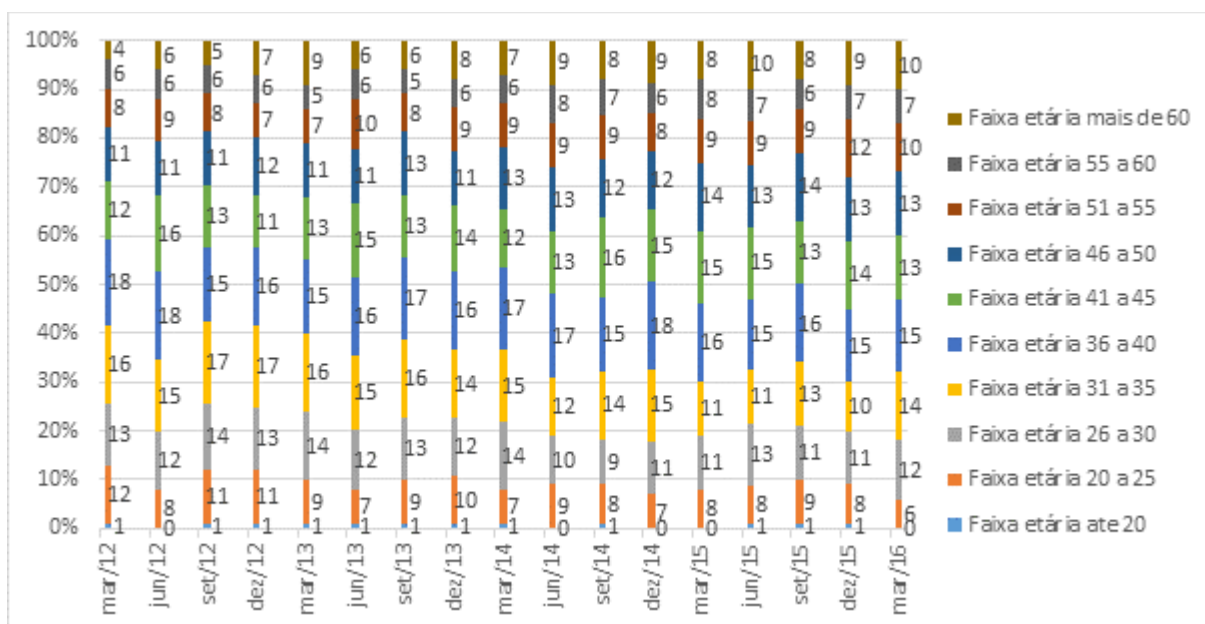


Figura 12 - Percentual dos inadimplentes de acordo com a idade

Fonte: BoaVista SCPC (2016). Elaborado pelos autores

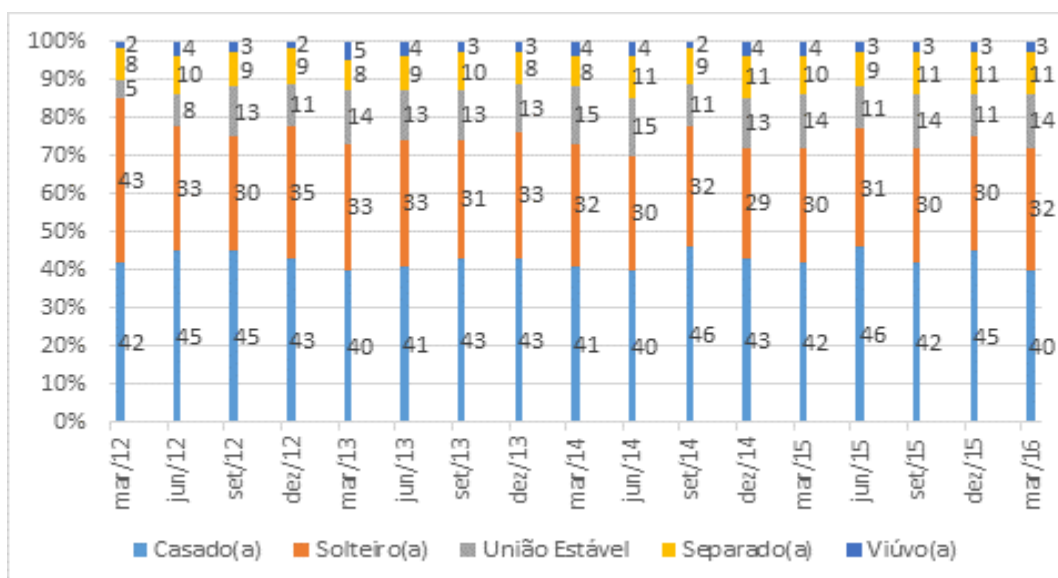


Figura 13 - Percentual dos inadimplentes de acordo com o estado civil

Fonte: BoaVista SCPC (2016). Elaborado pelos autores

Conforme pesquisa da BoaVista SCPC (2016), a maior parte dos consumidores inadimplentes é casado (de 42% em mar/12 para 40% em mar/16) ou está em uma união estável (de 5% em

mar/12 para 14% em mar/16) (figura 13). O aumento entre os que estão entrando em uma união estável ou casamento tende a ocorrer por conta do aumento dos custos decorrentes da aquisição de bens (casa, móveis etc) e a adaptação do casal no controle das finanças. Segundo Ferrão (2013), vários autores encontraram uma relação positiva entre estar casado e possuir dívida (Crook e Hochguertel, 2007; Sieminska e Doorley, 2012; e Johnson, 2007).

Ferrão (2013), de acordo com a Teoria do Ciclo de Vida, afirma que é esperado que os jovens solteiros tenham mais dívida na entrada da vida ativa. Porém, analisando os dados, observa-se que os solteiros, que faziam parte de 43% (2012) dos inadimplentes passam a compor 32% em 2016 (figura 13). Parte dessa diminuição da inadimplência entre os solteiros, apontada no relatório do BoaVista SCPC (2016), está relacionada ao fato de o jovem entrar mais tarde no mercado de trabalho, mantendo-se ainda na casa de seus responsáveis.

Ao avaliar a inadimplência pelo nível de escolaridade (figura 14), é possível verificar que a maior quantidade dos inadimplentes possui ensino médio completo ou superior incompleto (de 57% em mar/12 para 51% em mar/16). Silva *et al* (2017) realizaram estudo em escolas públicas na cidade de Blumenau e concluíram que os jovens estudantes do ensino médio não apresentam capacidade para gerenciar seus recursos, sendo esse um dos possíveis motivos para a inadimplência. Rigout (2010) e Locatelli *et al* (2014), em seus estudos, verificaram uma correlação positiva entre anos de escolaridade e inadimplência, ou seja, quanto maior o tempo de estudo do consumidor, maior a chance de inadimplência.

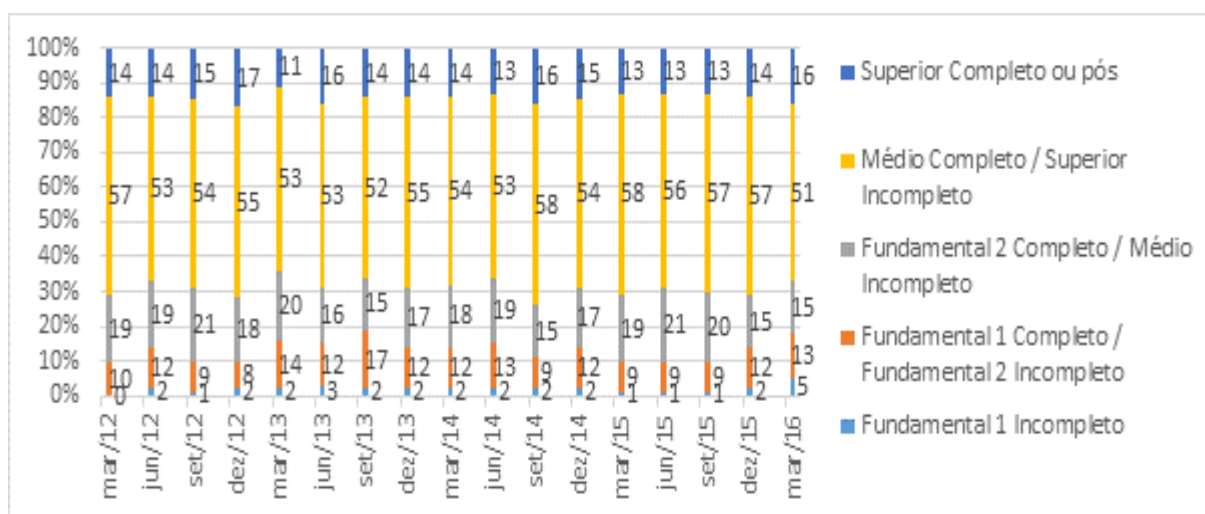


Figura 14 - Percentual dos inadimplentes de acordo com o nível de escolaridade

Fonte: BoaVista SCPC (2016). Elaborado pelos autores

Ao analisar a inadimplência pelo nível de renda (figura 15), é possível ver que a maior quantidade de inadimplentes (65%) se encontra entre os que declararam ter uma renda até três salários mínimos.

Esta alta taxa de inadimplência está relacionada ao fato de existir uma expressiva intenção de consumo, em especial bens de menor valor, como vestuário e calçados (20% em mar/12 para 18% em mar/16), além de bens duráveis como eletrodomésticos, eletrônicos e móveis (23% em mar/12 para 15% em mar/16). As contas diversas também apresentam participação relevante (10% em mar/12 para 19% em mar/16). Esse grupo de contas compreende compra de medicamentos, viagens, impostos, educação, aluguel e conserto de carro. O financiamento de

casa própria (1%) e materiais de construção (2%) apresentam a menor participação no período (figura 16).

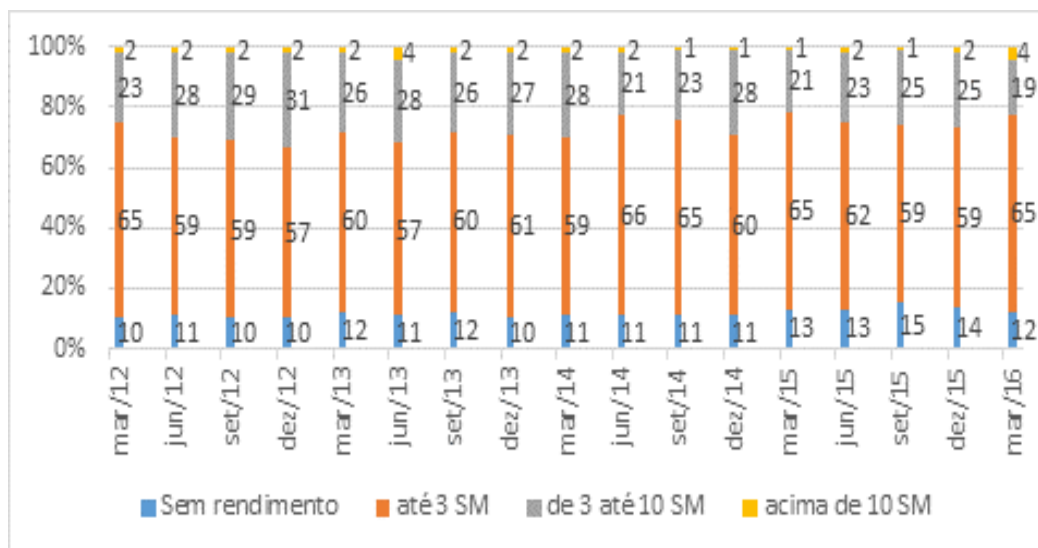


Figura 15 - Percentual dos inadimplentes de acordo com a renda

Fonte: BoaVista SCPC (2016). Elaborado pelos autores

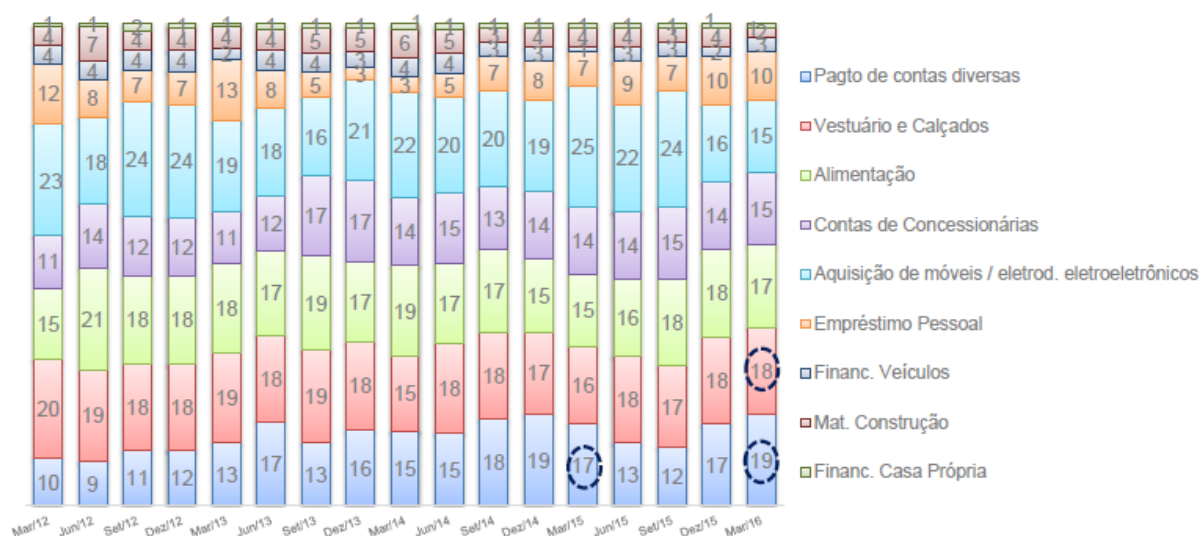


Figura 16 - Percentual dos inadimplentes de acordo com o produto ou serviço que gerou a dívida

Fonte: BoaVista SCPC (2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado pela análise de dados de 2012 a 2016, o país aumentou a relação crédito/PIB de 49% em 2012 para 50% em 2016. Segundo o DIEESE (2014), um dos fatores que influenciou no aumento da relação foi a maior atuação dos bancos públicos a partir da crise econômica mundial de 2008 como política anticíclica para evitar a desaceleração da economia. O aumento na participação dos bancos públicos no total de crédito ofertado para a economia brasileira foi de 36% em 2008 para 56% em 2016. Essa participação ocorreu para pessoas físicas tanto para recursos livres como recursos direcionados. Segundo o IPEA (2011), a atuação dos bancos

públicos surgiu como solução para os problemas de natureza estrutural da economia brasileira, suavizando os movimentos recessivos do ciclo econômico provocados pela crise financeira internacional de 2008, que desencadeou uma aversão ao risco com consequente contração do crédito.

De acordo com o DIEESE (2014), devido à forte atuação dos bancos públicos no período, os bancos privados reagiram à perda de mercado, entrando na concessão de financiamentos que proporcionassem menor risco e baixa inadimplência, destacando-se, portanto, os recursos destinados ao crédito imobiliário, com crescimento de 109% para pessoas físicas no período de 2012-2016. Esta modalidade está inserida nos recursos direcionados, os quais apresentaram crescimento de 95% contra um crescimento de 17% nos recursos livres. Em outras palavras, foram os recursos direcionados que sustentaram a oferta de crédito na economia brasileira, contribuindo para atenuar os efeitos da crise internacional de 2008, uma vez que apresentam efeitos mais duradouros e sistêmicos.

O DIEESE (2014) afirma que a manutenção da expansão do crédito decorreu de vários fatores, dentre os quais se destaca a medida do governo para permitir a portabilidade do crédito entre as instituições financeiras, aumentando a concorrência e, conseqüentemente, reduzindo as taxas de juros. Essa medida tinha como base a ideia de que, num mercado altamente concentrado como é o financeiro, as mudanças nas taxas de juros e nos prazos poderia representar uma grande mudança na base de clientes das instituições financeiras. Apesar desta mudança, percebeu-se que as taxas de juros e os *spreads* continuaram aumentando sistematicamente, mantendo os níveis de inadimplência. O aumento do *spread* para pessoas físicas ocorreu nas modalidades de alto risco, quais sejam, cheque especial, cartão de crédito rotativo e crédito pessoal não consignado. (DIEESE, 2014).

Para tentar conter as taxas de inadimplência, o governo regulamentou a concessão do crédito consignado aos assalariados do setor público e privado, além dos aposentados e pensionistas. O crédito consignado foi um destaque no empréstimo voltado ao consumo das famílias (crescimento de 52% no período), onde as famílias puderam obter crédito com taxas mais baixas relativamente às demais modalidades de crédito pessoal. Em 2016, a taxa média de juros de empréstimos não consignados era de 140,9% a.a. enquanto a taxa média de juros de empréstimos consignados era de 29,8%.

Dentro deste cenário, foi analisado o perfil das famílias endividadas para verificar se ocorreu mudança no período de 2012 a 2016. O cartão de crédito continuou sendo o acesso mais fácil ao crédito, aumentando sua participação de 74% em 2012 para 77% em 2016. O percentual de famílias endividadas aumentou (de 58% em 2012 para 59% em 2016), juntamente com o percentual de famílias com contas em atraso (de 21% em 2012 para 24% em 2016) e o percentual de famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso (de 7% em 2012 para 9% em 2016). Quando se analisa o tempo de comprometimento da dívida, o percentual de famílias que possuíam dívidas por mais de um ano aumentou (de 27% em 2012 para 34% em 2016) enquanto o percentual de famílias com dívidas de prazo inferior a um ano diminuiu (de 68% em 2012 para 62%), mostrando mudança de endividamento de curto prazo para longo prazo. Por fim, ao analisar o comprometimento da renda, percebeu-se que o percentual das famílias que comprometiam a renda entre 11% e 50% diminuiu de 53% para 50% no período de 2012-2016 enquanto a participação das famílias com comprometimento da renda superior a 50% aumentou de 19% para 23% no mesmo período. Isso significa dizer que as famílias estão aumentando seu comprometimento da renda.

Analisando os motivos pelos quais as famílias estão inadimplentes, duas situações se destacaram: o desemprego e o descontrole financeiro. O descontrole financeiro é um indicador

de conscientização das famílias com relação à necessidade de educação financeira como meio de prover o conhecimento e as informações necessárias para capacitá-las a utilizarem os recursos disponíveis e os produtos financeiros de forma a reduzir esse descontrole financeiro e, portanto, melhorar o seu bem-estar.

Ao analisar as condições de pagamento das contas em atraso, percebeu-se uma redução do percentual de famílias que possuíam condições de pagar integralmente (de 26% em 2012 para 21% em 2016) e um aumento no percentual das famílias não tinham condições de pagar suas contas em atraso (de 33% em 2012 para 38% em 2016). O percentual de famílias que está em atraso acima de 90 dias aumentou de 41% para 46%, o que demonstra que as famílias estão tendo mais dificuldade em saldar suas dívidas em atraso.

Ao analisar a inadimplência de acordo com o gênero, houve um aumento na participação masculina de 58% em 2012 para 66% em 2016. Há predominância do setor informal, porém sua participação apresenta queda no período (de 74% em 2012 para 66% em 2016). A participação do grupo de jovens entre 20 e 25 anos diminuiu de 12% para 6%, enquanto a participação dos idosos com idade superior a 60 anos aumentou de 4% para 10%. Com relação ao estado civil, há predominância do grupo de casados e pessoas com união estável, sendo que a participação do grupo com união estável aumentou de 5% para 12% de 2012 a 2016; em segundo lugar, está o grupo dos solteiros que, embora apresente queda de participação (de 43% em 2012 para 32% em 2016), continua tendo participação significativa entre os inadimplentes. A maior parte dos inadimplentes possui ensino médio completo ou superior incompleto, apesar de o grupo apresentar queda de participação no período (de 57% em 2012 para 51% em 2016). Começa a despontar a participação do grupo com Ensino Fundamental I incompleto (de 0% em 2012 para 5% em 2016). Para finalizar, a maior parte dos inadimplentes possui renda até três salários mínimos, não tendo mudanças significativas no período (65% em mar/16). Esta alta taxa de inadimplência está relacionada ao fato de existir uma expressiva intenção de consumo, em especial bens de menor valor (95% em mar/12 e 97% em mar/16).

Portanto, houve mudança no perfil das famílias endividadas e das famílias inadimplentes.

Levando em consideração que grande parte do endividamento da família brasileira é decorrente do acesso ao cartão de crédito (média de 75%), como sugestão para estudos futuros faz-se necessário analisar se a promoção da alfabetização financeira aumenta o entendimento das consequências do uso do cartão de crédito, reduzindo a chance de deterioração das finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Felipe Augusto de. **Instituições Bancárias e Transmissão de Política Monetária: um Estudo Microeconômico Aplicado ao Brasil**. 2012. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-954LBY/felipe_augusto_de_araujo_2012.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 out. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 424 p.

BARCAT, George; BELINKY, Aron; MATTAR, Helio. **Caderno Temático – O Consumo Consciente do Dinheiro e do Crédito**. São Paulo: Instituto Akatu, 2006. Disponível em:

- <<https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/2017/04/CadernoTematicoDinheiroCredito.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- BARIZÃO, Débora Fernandes. A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008/2009 E SEU IMPACTO NO BRASIL. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p.1-30, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8120>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Estatísticas monetárias e de crédito**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>>. Acesso em: 18 out. 2017.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais** (Conteúdo Básico). Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Publicação anual do Banco Central do Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Entenda o CMN**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=36&idpai=NOTICIAS>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- BESSIS, Joel. **Risk management in banking**. 4. ed. Canadá: Wiley, 2016.
- BERTAUT, Carol C.; HALIASSOS, Michael. Credit Cards: Facts and Theories. **SSRN Electronic Journal**, p.1-52, out. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/4812552_Credit_Cards_Facts_and_Theories>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- BOAVISTA SCPC. **Perfil do consumidor inadimplente: 1o trimestre 2016**. São Paulo: Boavista SCPC, 2016. 43 p. Disponível em: <<https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2016/04/perfil-consumidor-inadimplente-1otrim16.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. ASPECTOS DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2011-2014. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 146, p.111-123, jun. 2015. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- BRAUCHER, Jean. Theories of Overindebtedness: Interaction of Structure and Culture. **Theoretical Inquiries in Law**, Arizona, v. 7, n. 2, p.323-346, 2006. Disponível em: <<http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/til/article/viewFile/593/556>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- CAOQUETTE, John B.. **Gestão do risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 490 p.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de et al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 426 p.
- CATARINA, Graciele Maria Frois Santa. **Aspectos influenciadores de compras planejadas e não planejadas: uma análise com cluster e regressão logística**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8123/SANTA%20CATARINA,%20GRACIELE%20MARIA%20FROIS.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CYSNE, Rubens Penha; COSTA, Sergio Gustavo Silveira da. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p.325-346, set. 1997. Disponível em: <<http://epge.fgv.br/users/rubens/wp-content/uploads/2017/03/reflexos-do-plano-real-sobre-sist-bancario.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013**: Nota Técnica. 135. ed. São Paulo: Dieese, 2014. 31 p. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

FERRÃO, Filipe António da Cunha. **Dívida das famílias: uma análise para a Europa (HRS) e EUA (SHARE) para 2006 e 2010**. 2013. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Finanças, Instituto Superior de Economia e Gestão, School Of Economics & Management Lisbon, Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6395/1/DM-FACS-2013.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. **Revista de Administração Faces Journal**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p.13-35, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/808>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GITMAN, Lawrence J.. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Harbra, 1997. 800 p.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1986 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017a). **PIB – Valores correntes – Brasil – 2010/2016**. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017b). **Séries históricas: taxa de desocupação (pessoas de 10 ou mais anos de idade)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/2068-np-pesquisa-mensal-de-emprego/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?&t=series-historicas>>. Acesso em: 20 out. 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010**: Comunicado do IPEA. 105. ed. Brasília: Ipea, 2011. 21 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9834>. Acesso em: 10 ago. 2011.

KERR, Roberto. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Pearson Brasil, 2011. 248 p.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 400 p.

KIM, Haejeong; DEVANEY, Sharon A.. The determinants of outstanding balances among credit card revolvers. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 12, n. 1, p.67-79, jan. 2001. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/254445573_The_Determinants_Of_Outstanding_Balances_Among_Credit_Card_Revolvers>. Acesso em: 17 jan. 2017.

LOCATELLI, Ronaldo Lamounier; RAMALHO, Wanderley; SILVÉRIO, Ricardo Antônio de Oliveira. Determinantes da inadimplência no crédito habitacional direcionado à classe média emergente brasileira. **Anais do III SINGEP e II S2IS**. São Paulo: Mirage, 2014. 16 p. Disponível em: <<http://repositorio.uninove.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1112/501.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

OECD - Organisation For Economic and Co-Operation Development. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. França: OECD, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OEC - Observatório do Endividamento dos Consumidores. **Endividamento e sobreendividamento das famílias: conceitos e estatísticas para a sua avaliação**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002. 27 p. Disponível em: <http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

PEIC - **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – Dezembro 2016**. Disponível em: <https://www.fecomercio-sc.com.br/indices/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-peic-junho-2018/>. Acesso em: 17 jan.2017.

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p.41-52, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200004&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2017.

RIGOUT, Fabrizio. Avaliação dos fatores associados à inadimplência da taxa de retribuição mensal. **PLAN - Avaliação Monitoramento Pesquisa Social**, São Paulo, p.1-9, ago. 2010. Disponível em: <http://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/Rigout_InadimplenciaRedMensal.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SAUNDERS, Anthony M.. **Medindo o risco de crédito: novas abordagens para value at risk e outros parad.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 182 p.

SICSÚ, Abraham Laredo. Desenvolvimento de um Sistema de Credit Scoring. In: DUARTE JUNIOR, Antônio Marcos; VARGA, Gyorgy (Org.). **Gestão de Riscos no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Financial Consultoria, 2003.

SILVA, João Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito: intermediação financeira e banco múltiplo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Tarcísio Pedro da et al. Financial education level of high school students and its economic reflections. **Revista de Administração**, v. 52, p.285-303, 2017.

SPC Brasil. **Pesquisa sobre perfil e hábitos de consumidores adimplentes e inadimplentes no Brasil**. 2013. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/spc_brasil_analise_perfil_2013.pdf> Acesso em: 17 abr. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.